



DESDE 1988  
AO LADO DOS  
TRABALHADORES

**Eletrobras: ACT 24/26  
passa a valer para  
todas as bases**  
Página 2



**Conselheiro Paulo  
Horn segue percorrida  
pelo estado**  
Página 3



TRIBUNA LIVRE | Por Paulo Sá Brito, Ex-Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc

## As convicções e as contradições

Na quarta-feira da semana passada, dia 12, a Comissão dos Direitos do Consumidor, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), recebeu o Presidente da Celesc, Tarcísio Rosa, e o Diretor Comercial, Vitor Lopes Guimarães, para debater o momento atual da empresa e os problemas da implantação do Projeto Conecte, que tem impactado a prestação do serviço público. O convite, feito pelo Deputado Mário Motta, é consequência da interlocução dos sindicatos da Intercel com os parlamentares catarinenses, resultando em importante espaço para a empresa apresentar objetivamente as ações na busca de solucionar os problemas, removendo a crise de imagem que ameaça o caráter público da Celesc.

A direção da Celesc tem minimizado o impacto diante da sociedade abrindo espaço para defensores da privatização propagandear a venda da empresa como solução. Algo que tem se mostrado, em todo o país, como uma grande falácia. Veja-se o exemplo dos inúmeros problemas decorrentes da privatização das distribuidoras de energia elétrica em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

A direção da Celesc, ao invés de defender seus trabalhadores e a Celesc Pública, persiste na negação dos problemas e na tentativa de esconder a dificuldade com propaganda. Essa tática foi utilizada no dia 27 de fevereiro último, quando, no mesmo momento em que os empregados lotavam a Alesc em defesa da empresa pública, a Diretoria anunciava existir grande investimento e considerável retorno financeiro, pretendendo transmitir a falsa noção de que não há problemas.

A tática de apresentar dados sem a devida contextualização induz a juízo equivocado. Basta analisar o resultado do DEC. Embora esteja dentro dos limites regulatórios, a Celesc piorou de 2023 para 2024. Enquanto a meta estabelecida pelos órgãos reguladores cada vez torna-se mais desafiadora, a tendência de redução do quadro de pessoal e terceirização de atividades entregará à população serviços cada vez mais precários. Se as metas estão cada vez mais comprimidas e não se amplia o número de trabalhadores próprios, cabe perguntar: quanto tempo levará até a Celesc não conseguir cumprir as metas?

Lamentavelmente, a participação da Diretoria na Co-



missão da Assembleia Legislativa foi uma reprodução dessa tática. O Presidente da Celesc entou a já conhecida narrativa de que não há necessidade de contratações.

Ao ser diretamente questionado sobre a possibilidade de privatização da Celesc, o Presidente Tarcísio Rosa, reproduziu o que já havia dito ao jornalista Marcelo Lula: a privatização da Celesc é assunto que o Governo e os acionistas devem se manifestar, mas ele teria "convicções pessoais". Ao mesmo tempo em que o Presidente afirma que a privatização não está em pauta, porque o Governador tem se manifestado contrário, Tarcísio Rosa faz questão de deixar clara sua convicção, colocando-se contra a empresa pública.

Em cada fala do Presidente da Celesc, fica mais evidente não só a convicção, mas também a predileção pelo privado em detrimento do público. Sendo a convicção uma crença baseada em evidências, experiências ou razões pessoais, como pode alguém tão convicto da privatização conduzir uma empresa pública? Não haveria uma contradição entre essas convicções e a presidência

da Celesc?

Quando foi indicado pelo Governo para presidir a empresa, costumava repetir que a missão dada era de conduzir uma "Celesc Pública, mais forte e mais eficiente". A declaração parece estar ignorada. Ou modificou-se? Chama atenção o fato de o Presidente estar tão à vontade para afirmar que é contrário à posição do Governo de manter a empresa pública. Porque, como enfatizou o Presidente Tarcísio Rosa, o Governador Jorginho Mello tem se manifestado em diversas ocasiões contra a privatização. Donde se conclui que o Governador está convicto de que a Celesc deve permanecer pública.

Convicção não é mera teoria, mas sim um condutor das práticas do indivíduo. Ela guia nossas atitudes. Quem é contra a privatização jamais aceitaria conduzir um processo de venda da empresa, porque teria convicção de que uma empresa pública atende a sociedade com mais qualidade, ao mesmo tempo em que respeita seus trabalhadores. Donde se conclui que não é possível defender a privatização e presidir uma estatal cujo acionista majoritário diz que não pretende privatizar.

# ACT 2024/2026 passa a valer em todas as bases da Eletrobras

Bases que estavam em litígio resolvem em assembleias aceitar a proposta de ACT

Somente agora, na primeira quinzena de março de 2025, algumas bases da Eletrobras que ainda não haviam aprovado o Acordo Coletivo de Trabalho aceitaram a proposta final do ACT 2024/2026 e os trabalhadores destas respectivas bases poderão finalmente usufruir de alguns dos benefícios estabelecidos pelo acordo com a Eletrobras, como o pagamento dos abonos e a possibilidade de aderir ao PDC com o recebimento das devidas verbas indenizatórias. Como incentivo ao fechamento do acordo nestas bases, a Eletrobras prometeu antecipar o pagamento da primeira parcela da PLR/2024, inicialmente previsto para maio. A antecipação então deverá ser aplicada para todos os trabalhadores da Eletrobras no mês de março, segundo informou a Eletrobras em comunicado interno e divulgado na edição passada do Linha Viva.

Outro incentivo importante para a aprovação e assinatura do acordo, foi a promessa de manutenção dos planos odon-

tológicos dos empregados ativos dentro das operadoras de auto-gestão, já que a Eletrobras havia alterado este benefício passando estes planos para operadoras de mercado, como a Bradesco Saúde.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) já encaminhou correspondência à empresa para garantir que todo e qualquer benefício adicional por conta do fechamento do ACT seja isonômico em todas as bases. Além disso, o CNE aproveitou a oportunidade para reforçar o pedido de antecipação da primeira parcela do 13º salário, cujo pedido já havia sido feito em janeiro e a Eletrobras, na oportunidade, não atendeu o pedido usando como justificativa a situação diferenciada entre bases com acordo assinado e outras sem acordo assinado. Considerando que agora todas as bases estão com o ACT em plena vigência, a antecipação pode ser facilmente operacionalizada, por isso os sindicatos esperam uma resposta.

## Eletrobras obtém autorização para Eletrobrasprev

Fundação que pretende unificar todos os planos previdenciários é autorizada pela PREVIC

Desde a preparação para a privatização da Eletrobras, a empresa contrata consultorias para analisar nossas Fundações de Previdência patrocinadas pela Eletrobras: Elos, Eletros, Fachesf, Previnorte e Real Grandeza. O objetivo sempre foi reduzir os "custos" bancados pela empresa com a Previdência Complementar com ativos(as) e aposentados(as). Em 2023, chegamos a constituir uma Comissão Paritária da Previdência, com participação dos sindicatos para tentar influenciar nesse tema. Os sindicatos sempre estiveram abertos a este diálogo, no entanto, a comissão não rendeu frutos. Sequer foram debatidas seriamente quaisquer mudanças nas poucas reuniões realizadas.

Desde então, a empresa já sinalizava seu propósito de criação de uma Fundação única, para gerenciar todos os planos previdenciários de todas as empresas com suposto "ganho de escala". Há mais de um ano os sindicatos solicitaram acesso aos estudos e informações sobre como seria a nova Fundação, como funcionaria a Governança, qual a estrutura que realmente seria necessária ser criada. À época, a resposta chegou sem detalhes, e as únicas informações de que os sindicatos dispunham eram de que havia uma consulta da Eletrobras à agência Reguladora, a PREVIC, sobre os procedimentos necessários para a criação da uma nova Fundação. Isso sem qualquer discussão concreta com os próprios gestores das fundações atuais, ou com os participantes, por meio de qualquer tipo de representação organizada, seja de ativos ou aposentados. Transparência zero nas intenções e ações da Eletrobras privatizada!

Só agora, recentemente, os sindicatos têm notícias de que a Eletrobras pressionou os gestores das fundações para enviar representantes da gestão para um Grupo de Trabalho, que já se encontra em funcionamento, para tratar da sua proposta que parece ser de extinção das fundações

existentes com a migração de todos os planos previdenciários administrados por elas, para uma nova fundação. Como é o normal da Eletrobras privatizada, não há nenhuma intenção de discutir nada, já que no Diário Oficial da União desde o dia 12/03/2025, está publicada a portaria PREVIC Nº 225 que autoriza a Eletrobras a criar a ELETROBRASPREV, cujo estatuto já está aprovado na PREVIC e cuja Governança estabelecida prevê uma representação insignificante dos participantes na gestão, limitada a eleição de apenas um terço dos integrantes do Conselho Deliberativo.

Trata-se de mais uma das atitudes unilaterais da Eletrobras, sem nenhum respeito aos participantes e seus interesses nas fundações onde todos contribuíram e depositaram recursos para garantir uma complementação de aposentadoria digna. Uma empresa socialmente responsável deveria ter feito um processo participativo, transparente, com apresentação de estatuto, regimento interno, com assentos na governança aos(as) participantes. O que a Eletrobras pretende esconder dos(as) participantes com o fim das fundações existentes e com esta nova fundação onde os participantes têm pouca ou quase nenhuma influência na gestão?

É o momento de participantes, ativos e aposentados, todos os beneficiários das fundações atuais estarem unidos, com suas associações e sindicatos para buscar intervir de forma mais eficiente neste processo, reivindicando seus direitos, sua representatividade e protegendo seu patrimônio e sua poupança formada por meio das suas contribuições, pois não há sombra de dúvida que a Eletrobras busca salvaguardar os interesse empresariais neste processo, em detrimento do interesse dos participantes, e somente por isso busca afastar a representação dos trabalhadores e aposentados das discussões neste processo.

Vale lembrar a importância de termos celebrado o acordo por dois anos, visto que estamos próximos da data-base, em 1º de maio, portanto outras condições já pré estabelecidas no ACT devem voltar a ser implementadas, como o abono indenizatório do segundo ano do acordo, e o próprio reajuste salarial. Nenhuma destas condições foi fruto de qualquer benesse da empresa, mas decorre do Acordo Coletivo fechado após meses de negociações em que os sindicatos e os trabalhadores travaram uma grande luta para proteger os direitos e condições mínimas de trabalho, incluindo direito às indenizações e garantias de emprego ou salário em caso de demissão sem justa causa. Esta luta foi o que permitiu frear um pouco o ímpeto das demissões na Eletrobras, já que a gestão privada tem como principal estratégia a redução do quadro e do custo de mão de obra, para a maximização do lucro no curto espaço de tempo.

## Categoria cobra início das negociações

Intercel enviou proposta inicial de Acordo de PLR 2025 em dezembro de 2024

Conforme divulgado no Boletim da Intercel 247, nessa terça-feira, 18 de março, celesquianas e celesquianos de todo o estado aguardam com apreensão o início das negociações do Acordo de PLR 2025. O próprio Diretor de Gestão Corporativa, Nelson Ronnie dos Santos, então recém chegado à Celesc, em agosto de 2024, declarou ao término da greve pela PLR seu desejo de negociar já no início de 2025, para evitar mais problemas. Já estamos na segunda metade de março e, até agora, nada de negociação.

Não custa lembrar que a Intercel enviou uma proposta de Acordo de PLR em dezembro de 2024, encaminhou correspondências à direção da empresa pedindo o início das negociações e esteve na Administração Central em 28 de fevereiro para cobrar do DGC uma agenda de negociações - o diretor Ronnie havia antecipado o início do Carnaval naquele dia e, portanto, não foi possível construir a agenda.

Apesar de a Celesc argumentar que não pode negociar nesse momento supostamente por estar totalmente dedicada a resolver os problemas do Conecte, a Diretoria encontrou tempo para fazer uma reunião da Comissão de Recursos Humanos (CRH) para tentar descontar o ponto daqueles empregados que participaram do ato na ALESC em 27 de fevereiro em defesa da Celesc Pública. A Intercel cobrará nessa reunião o início das negociações da PLR 2025.

É preciso que o diretor Ronnie cumpra com sua palavra e inicie o mais breve possível as negociações. A categoria não aceita que a diretoria empurre com a barriga as negociações como feito no ano passado. Negocia já, Ronnie!



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Conselheiro segue percorrida na Celesc



O Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Paulo Horn, esteve nas Regionais de Concórdia e Chapecó na última semana. Na próxima semana, ele dará sequência à prestação de contas do mandato pelas Regionais de Joinville e Jaraguá do Sul (24/03) e Mafra e São Bento do Sul (25/03). Em abril, Paulo visitará as Regionais de Joaçaba (01/04), Videira (02/04) e Florianópolis (07 e 08/04). O Conselheiro agendará nova data para finalizar a percorrida na Administração Central.

"Suas ideias não correspondem aos fatos"



Apesar de a direção da Celesc ter informado na reunião da Comissão de Direitos do Consumidor da Assembleia Legislativa, na semana passada, que diversos problemas com faturas foram resolvidos e que o movimento nas lojas de atendimento vem caindo, não é essa a realidade encontrada em boa parte das lojas da Celesc pelo estado. O Linha Viva tem visitado os postos de atendimento diariamente na Grande Florianópolis desde o mês de janeiro e são raríssimos os dias em que não há fila. Nas lojas de São José, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis, inclusive, com o novo procedimento de pré-atendimento pelas recepcionistas, há clientes que aguardam na fila por até 25min EM PÉ antes de pegar a senha "oficial" de atendimento. Esse período em que o consumidor permanece na fila para pré-atendimento pelas recepcionistas não é contabilizado pelo sistema e, muito possivelmente, não consta nos relatórios internos da empresa e para a ANEEL e demais órgãos fiscalizadores. Em visita do Linha Viva à loja de São José na quinta-feira (dia 13), inclusive, foram vistas pessoas idosas e com criança de colo na fila em pé aguardando para pegar a senha. Atendentes alegam que ainda aguardam uma visita da diretoria da empresa aos postos de atendimento para conhecerem a verdadeira realidade por trás dos números.

Intersul participa do Planejamento Anual do CNE

Nos dias 21 e 22 de março a Intersul participará do Planejamento Anual do Coletivo Nacional dos Eletricitários, que será realizado no Rio de Janeiro. Na oportunidade, serão discutidas a conjuntura do Setor Elétrico, a organização interna do Coletivo e as perspectivas de lutas para o próximo período. É hora de encarar os desafios decorrentes da privatização da Eletrobras e reorganizar as forças de trabalhadores e trabalhadoras para garantir os direitos de todos e todas.

# Sinergia fará eleições para novos representantes sindicais de base

Somente empresas com empregados/as filiados/as ao sindicato poderão ter candidaturas e votar neste pleito

O Sinergia está dando início ao processo para eleições de novos representantes sindicais de base nos postos de trabalho na Cerej, Celesc, CGT Eletrosul, Engie e São Sebastião. Os mandatos sindicais serão de um ano, até novas eleições para representantes de base do sindicato, em 2026.

Pelo processo eleitoral, poderão se candidatar como representantes as pessoas empregadas filiadas ao sindicato até 14 de fevereiro de 2025. As inscrições de candidaturas deverão ser feitas no período de 21 de março até 11 de abril, pelo e-mail [sinergia@sinergia.org.br](mailto:sinergia@sinergia.org.br), ou presencialmente no Sinergia, no mesmo prazo de inscrições. A candidatura deverá enviar a ficha de inscrição preenchida e uma foto 3x4 ou digital. A divulgação da lista das candidaturas iniciará em 11 de abril. Ainda de acordo com as regras, poderão votar somente filiados e filiadas ao sindicato até o dia 11 de abril.

De acordo com o Coordenador Geral do Sinergia, Tiago Vergara, "as eleições estão previstas para ocorrer de 14 a 17 de abril, através de assembleias com as pessoas filiadas, nos locais onde tiverem candidaturas." Tiago apela para que haja grande número de inscrições: "o sindicato observa a necessidade de renovação e abre o processo eleitoral de

vacâncias para que mais colegas estejam ajudando na luta pelos direitos da categoria". A posse dos eleitos está prevista para 28 de abril, às 18h, na sede do sindicato, em Florianópolis.

O quadro de vagas por local de trabalho é o seguinte:

Eletrosul		Engie	
LOCAL	qtd	LOCAL	qtd
Sede	6	Sede	1
Sertão	2	<b>Total</b>	<b>1</b>
Biguaçu	1	<b>São Sebastião</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	LOCAL	qtd
<b>Celesc</b>		Sede	1
LOCAL	qtd	<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
ADM Central	2	<b>Cerej</b>	
ARFLO	2	LOCAL	qtd
Almoxarifado	1	Sede	2
Lab. Comunicação	1	Major G.	1
SPSL	1	Angelina	1
Tijucas e Região	1	Agua M.	1
Palhoça	1	Nova T.	1
Santo Amaro	1	Leoberto L.	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

## Intercel promove Seminário de Saúde e Segurança

Seminário reúne dirigentes da Intercel e de outras entidades nessa semana

Os sindicatos que compõem a Intercel estão preocupados com os inúmeros casos de adoecimento e acidentes de trabalho entre a categoria nos últimos meses. Para debater o assunto e ajudar a encontrar meios de denúncia para reduzir os acidentes e adoecimentos, a Intercel está promovendo um Seminário nesta semana - de 19 a 21 de março. Participam do evento dirigentes liberados ou de base dos cinco sindicatos da Intercel, além de convidados externos.

Na agenda do evento, constam palestras com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Universidade Federal de Santa Catarina, advogados, além de trocas de experiências com companheiros dirigentes do Sindieleto MG - sindicato que representa a categoria

eletricitária na CEMIG.

De acordo com Mário Jorge Maia - que ocupa, nesse momento, a Coordenação da Intercel -, "temos a necessidade de realizar uma discussão mais ampla, não apenas focada em alguns dos efeitos das condições e relações sociais do trabalho na Celesc. É fundamental e de grande importância debatermos a Saúde e a Segurança no trabalho. Atuamos liberados ou de base dos cinco sindicatos da Intercel, além de convidados externos. Na agenda do evento, constam palestras com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Universidade Federal de Santa Catarina, advogados, além de trocas de experiências com companheiros dirigentes do Sindieleto MG - sindicato que representa a categoria

o aumento da precarização através da terceirização nos obriga a ter um aprimoramento para olhar a relação vida, saúde e trabalho e buscar soluções através do conhecimento e garantir uma vida com segurança digna na relação de trabalho".

O evento estava em debate pela Intercel há alguns anos. De acordo com a dirigente do Sinergia Caroline Borba, "temos visto acidentes reiterados não só na Celesc, mas em outras empresas de energia no estado, e ficamos assustados com a quantidade de mortes, mutilações e adoecimentos provenientes da atividade laboral. Estamos aqui reunidos para debater formas de prevenção, de denúncia e mitigação dos riscos".

Na próxima edição do Linha Viva você confere mais informações sobre o evento.

# Juristas lançam campanha contra a anistia para golpistas do 8 de janeiro

Com o tema 'Anistia não, golpistas na prisão!', entidade de juristas propõe mobilização da sociedade em torno da pauta

A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) lançou nesta segunda-feira (17), a campanha 'Anistia não, golpistas na prisão!' que pede a punição para os que tentaram dar um golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023. (Leia ao final o manifesto)

A campanha promovida pelos juristas propõe que a sociedade se mobilize em torno da pauta, que é defendida por diversos movimentos populares, sociais e sindicais no Brasil.



Em dezembro do ano passado, milhares de pessoas foram às ruas em várias cidades do país para participarem dos atos "Sem Anistia" em convocação feita pela CUT, Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, e outros movimentos sociais.

Os manifestantes pediram a punição para os que tentaram dar um golpe de Estado, além de planejarem os assassinatos do presidente Lula, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

Tânia Oliveira, membro da executiva nacional da entidade, afirma que a tentativa de golpe foi organizada por uma organização criminosa que tinha como objetivo destruir a democracia brasileira, após perder as eleições de 2022.

"Os ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 foram mais uma das atividades financiadas pela trama golpista, que teve auxílio material e intelectual dos denunciados, os quais buscavam romper a ordem constitucional. A ABJD ressalta que a responsabilização pelos atos de vandalismo e conspiração é essencial para frear a escalada de violência política que ainda ameaça as instituições", afirma Tânia.

## Tentativa de golpe

No dia 8 de janeiro de 2022, milhares de pessoas foram até a Praça dos Três Poderes, invadiram as sedes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e destruíram tudo o que viram pela frente. De lá para cá, a maioria foi presa, mas a investigação sobre os responsáveis seguiu.

No dia 18 de fevereiro deste ano, a Procuradoria-Geral da República denunciou 34 pessoas pela organização do ato, entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Atualmente, há um Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional que propõe perdoar os crimes dos golpistas que depredaram os prédios dos Três Poderes e a campanha visa pressionar os deputados e senadores para que votem contra a proposta.

Além disso, na terça-feira, 25, o Supremo Tribunal Federal (STF) irá julgar se Bolsonaro vira réu neste caso.

Confira o manifesto da Campanha:

"Anistia não! Golpistas na prisão!"

Um golpe de Estado é definido como subversão da ordem institucional.

No Brasil, desde nossa existência como nação soberana já tivemos páginas infelizes de nossa História, com golpes consumados, do é melhor exemplo a infame ditadura militar que durou de 1964 a 1985, calou a democracia, torturou, exilou e matou centenas de pessoas, militantes, intelectuais, artistas, jornalistas, estudantes, políticos.

A conquista do Estado Democrático de Direito e a instituição da nova ordem jurídica com a Constituição de 1988, foram feitas à custa de muita luta, suor, lágrimas, dores, perdas.

Na nossa atual quadra histórica, décadas após nossa redemocratização, voltamos a conviver com o avanço de forças de extrema direita no mundo – nosso país incluído – que não possuem qualquer apego às conquistas democráticas, difundindo uma linguagem de violência, com discurso contra a própria ideia de inclusão e diversidade, defendendo nas ruas explicitamente pautas antidemocráticas, como o fechamento do Supremo Tribunal Federal e a intervenção militar.

Essas forças engendraram no Brasil a tomada de poder pela via do golpe. Não aceitando o resultado eleitoral nas eleições presidenciais de 2022 praticaram diversos atos, bloqueando rodovias federais, incendiando ônibus, colocando bomba em aeroporto, ocupando a frente dos quartéis em constantes ameaças. Atos que culminaram com o dia 08 de janeiro de 2023, com a depredação dos prédios dos Três Poderes.

Segundo as investigações da Polícia Federal feitas durante dois anos, que deu base à apresentação da denúncia pelo Procurador-Geral da República Paulo Gonet no dia 18 de fevereiro, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu candidato a vice na chapa, general da reserva Walter Braga Netto foram os líderes da organização criminosa, em uma trama

conspiratória contra as instituições democráticas. Não apenas sabiam, mas conspiraram com o plano de assassinar o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, em 2022.

Na tentativa de blindar e salvar os golpistas, os parlamentares da extrema direita tentam aprovar no Congresso Nacional um projeto de lei que lhes conceda anistia.

Aliados a uma postura de vitimização, os defensores da anistia aos golpistas investem na desinformação da população, onde as pessoas que destruíram os prédios são apontadas como cidadãos "de bem", de família, que espontaneamente teriam se manifestado, no que seria um fato isolado que afetou o patrimônio público. Quando, na verdade, tratou-se da face violenta desse conjunto de preparativos, articulações de conjunturas, de maquinações que vinham sendo feitas desde 2021.

O Congresso Nacional é um dos esteios de nossa democracia representativa. Como o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal teve sua sede foi depredada, vilipendiada no dia 8 de janeiro. Não se mostra razoável, sensato ou coerente a aprovação de um projeto de lei dentro da instituição que foi, ela mesma, vítima de ataques virulentos, para anistiar seus algozes.



Na compreensão de que é necessário esclarecer a população brasileira sobre fatos e versões nesse debate jurídico-político que envolve crimes, golpes, anistia e defesa da democracia, sobre as verdadeiras intenções de um projeto de lei que busca anistiar quem atentou contra os pilares da democracia no Brasil, praticando os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e Associação Criminosa, além dos danos ao patrimônio, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD, entidades de juristas comprometida desde sua origem com a defesa intransigente dos princípios que regem nossa Constituição Federal, lança a campanha.

Por meio de textos, vídeos, lives e atos presenciais explicativos sobre todos os fatos, nos colocamos e convocamos todos aqueles que possuem compromisso com a democracia para disputar a narrativa sobre a tentativa de golpe no Brasil, para que haja resposta social, Justiça nos julgamentos e sobretudo para que nunca mais se repita.

#AnistiaNãoGolpistasnaPrisão

Texto: Redação CUT Editado por Walber Pinto/Imagens: 1) Constituição queimada no 8 de janeiro em exposição no STF; 2) Quadro do artista plástico Vik Muniz com estilhaços da depredação de 8 de janeiro em exposição no Salão Azul do Senado Federal